

ATA “PNAG - MÓDULO 1 - Força de trabalho, pluriatividade e renda familiar”

Elaborada por Carlos Alfredo Barreto Guedes

O Sr. Flávio P. Bolliger (IBGE/Coordenador da COAGRO), em sua apresentação, disse que o objetivo do módulo temático, entre outras coisas, é caracterizar a mão-de-obra em familiar ou contratada, as atividades em agrícolas e não agrícolas, o rendimento da família e do produtor agropecuário, e a relação entre as finanças do empreendimento e da família. Segundo ele, o trabalho no campo é difícil de ser quantificado e, desta forma, algumas inovações estão sendo implantadas para melhorar a captação, tornando algumas questões diferentes do que originalmente vem sendo perguntado no Censo Agropecuário. Continuou apresentando os conceitos, as definições e o plano tabular. Disse que pode-se analisar a renda do produtor rural de duas formas: a renda do estabelecimento e a renda da sua família. Explicou a diferença entre os conceitos de retirada da PNAD e da PNAG.

Logo após, o Sr. Marcelo de M. Duriez (IBGE/COAGRO) apresentou o questionário do módulo temático, quando foram realizados alguns comentários, principalmente em relação às pessoas com laço de parentesco com o produtor, que trabalham no estabelecimento e não residem com o produtor.

Nesse contexto, o Sr. Antônio Florido (IBGE/GTA) comentou que o conceito é diferente do utilizado no Censo Agropecuário, que pergunta se o empregado faz parte da família e se mora no estabelecimento. E complementou, dizendo que se o domicílio está na área do estabelecimento, ele é contado como residente do estabelecimento. No caso da PNAG, pergunta-se diferenciando aquele que tem laço de parentesco, que mora no mesmo domicílio do produtor. Logo entra o conceito de domicílio, que não é utilizado no Censo Agropecuário.

Então, o Sr. Flávio explicou que o Censo Agropecuário investigou pessoas com laço de parentesco, que tinham atividade no estabelecimento. Frisou que não está reproduzindo quem mora no estabelecimento, e sim quem mora no domicílio do produtor, e quem trabalha no estabelecimento, sendo conceitos distintos do Censo Agropecuário.

A seguir, o Sr. Mauro Del Grossi (MDA) disse que percebeu o tamanho e o tempo de preenchimento do questionário. Colocou que uma nova discussão está em andamento no Ministério à respeito da sucessão rural, e que a PNAG poderá trazer subsídios para este tema.

O Sr. Flávio Bolliger assinalou que a introdução de empregados com e sem laços (de parentesco) com o produtor, foi uma introdução feita pelo Censo. Aproveitando o ensejo, o Sr.

Antônio Florido esclareceu que pessoas com laços de parentesco com o produtor, que recebem salário, antes eram contados como empregados. E concluiu, apontando que no Censo 2006, seguindo recomendação da FAO, estes foram contados como membro da família do produtor que recebe salário. O Sr. Flávio acrescentou que esta é uma diferenciação importante, e que como é uma recomendação da FAO e está no Censo Agropecuário, deve ser contemplada pela pesquisa.

O Sr. Mauro A. R. de Andreazzi (IBGE/COAGRO) chamou atenção para o fato de que estas questões não devem oferecer dúvidas aos nossos recenseadores, e que no campo muitas pessoas possuem laços de parentesco. Em seguida, sugeriu o levantamento da informação sobre trabalho temporário em horas/homem.

O Sr. Paulo Ricardo B. Soares (IBGE/GTA), falando sobre os fluxos da mão-de-obra de dentro do domicílio para o estabelecimento, salientou que não há fluxos para dentro do domicílio, quando se investiga a mão-de-obra com laço de parentesco que não mora com o produtor, pois é outro domicílio. Logo, não deve-se investigar as rendas fora do estabelecimento. Quando for constituir a força de trabalho, deve-se utilizar os quadros 6 e 7, complementando com quem não tem laços de parentesco. Quando for captar os fluxos de renda dentro do domicílio agrícola, será investigado apenas o quadro 6. Disse que a PNAG investiga melhor esta questão do que o Censo Agropecuário, pois leva em consideração o conceito de domicílio. O Sr. Antônio Florido, então, argumentou que o Censo não errou, pois o Censo investiga o estabelecimento agropecuário e não o domicílio agrícola, e acredita que no Censo não é possível realizar este tipo de investigação mais detalhada.

A Sra. Ana Lúcia Kazan (IBGE/representante de São Paulo), na sequência, mostrou-se preocupada com o tamanho do questionário e com as possíveis recusas.

O Sr. Mauro Andreazzi voltou a manifestar-se e apontou que é difícil investigar trabalhadores temporários divididos entre parentes e não parentes, devendo-se utilizar horas/homem. O Sr. Flávio, por sua vez, assinalou que não há esta distinção nos trabalhadores temporários, perguntando-se apenas dias/homens.

Sobre o conceito de retirada, o Sr. Marcelo comentou ser uma pergunta de difícil entendimento pelos produtores, sendo necessário fazer perguntas de cobertura para extrair a informação, que em alguns casos tem pouca precisão. Quanto à questão do autoconsumo, disse que foi constatado ser bastante frequente, principalmente na agricultura familiar. Porém, valorar é bastante difícil, já que como o produtor não possui o hábito de comprar, ele não sabe o preço. Caso ele venda o produto, sabe informar o preço que foi vendido e não o preço no mercado. Mensurar a quantidade também é bastante complicado, pois não há um controle do produtor quanto à quantidade consumida deste tipo de produto, levando a uma estimativa superficial, de qualidade

duvidosa. Também falou da dificuldade de alocar o número de diárias pagas aos trabalhadores temporários, em seus respectivos meses e de acordo com a fase da cultura, porque geralmente o produtor sabe quanto pagou no ano. Outra questão relevante é a uniformização de certos quesitos que às vezes se pergunta por mês e, em outros casos, se pergunta por ano.

Em seguida, o Sr. Octávio falou da importância da PCADE levantar o telefone dos produtores, proporcionando o agendamento das entrevistas, principalmente em áreas que exigem grandes deslocamentos, evitando o desperdício de tempo e combustível. Concordou com o Sr. Marcelo, que é bastante difícil levantar as rendas fora do estabelecimento. Quanto ao autoconsumo, disse que encontrou apenas um produtor durante sua semana de campo, mas que ele tinha muitos produtos e não sabia o preço comercial de nenhum deles, sendo o preço fornecido pela entrevistadora. Ainda segundo o Sr. Octávio, o grande produtor não quer responder esta parte e, para o pequeno, que geralmente possui baixo grau de instrução, é bastante complicado.

O Sr. Paulo Ricardo concordou com a dificuldade apontada, mas lembrou da importância destas informações para conhecer melhor a agricultura brasileira.

O Sr. Carlos Alfredo B. Guedes (IBGE/COAGRO), então, lembrou que a experiência das pessoas da rede do IBGE que participaram da pesquisa, facilitava a obtenção da informação, e que a realização da pesquisa com contratados será bastante difícil, pois é necessário conhecer várias questões específicas do campo, realizando-se perguntas de cobertura, para conseguir uma estimativa confiável.

O Sr. Paulo Ricardo disse acreditar que a diferenciação de questionários para pequenos e grandes produtores, deve ser o caminho a ser seguido nas pesquisas agropecuárias. O Sr. Francisco Olavo B. de Sousa (CONAB) concordou com o Sr. Paulo Ricardo a respeito da importância de estabelecer perfis diferenciados de acordo com produtor. Disse também estar surpreso e bem impressionado com a pesquisa, porém não identificou como separar os setores da agricultura que geram excedentes, com relação à agricultura de subsistência.

Logo após, o Sr. Mauro Del Grossi levantou algumas preocupações, entre elas questões que devem permanecer no Censo Agropecuário, para que se possa classificar a agricultura familiar, sendo elas área, renda e trabalho. Disse que dois temas novos estão surgindo na FAO, no Mercosul e no Ministério, sendo estes a sucessão rural e o gênero. Sobre o autoconsumo, disse que para políticas agrícolas interessa muito saber se ocorre no estabelecimento, sendo menos importante valorar, já que é uma questão que trouxe dificuldades na hora da entrevista. Sugeriu um novo fórum após a apuração dos dados de campo.

O Sr. Flávio Bolliger disse que a caracterização do produtor em mais ou menos

especializado será contemplado no módulo 2, mas que o questionário básico permite mostrar a rentabilidade de vários tipos de produtores. Em relação ao autoconsumo, talvez seja melhor fazer uma pergunta qualitativa do tipo “aponte quais os produtos que você consome porque produz”.

Ao final, o Sr. Paulo Martorelli (SENAR-DF) perguntou como foi estabelecida a tipologia do produtor. O Sr. Flávio comentou que em outros países as categorias estão bem definidas, porém este assunto ainda será melhor estudado aqui. Na opinião do Coordenador da COAGRO, o mais difícil é identificar o empresarial do não empresarial. Disse que no IBGE o critério é ter CNPJ para ser considerado como empresa, entretanto este critério vem se deteriorando ao longo dos anos.